Projeto de	Lei	n.° 41 / 89
Comissão de		Justiça e Redação
Parecer n.º	, 89	•

Temos para parecer o projeto em tela.

Analisando detidamente somos de entendimento que $\underline{\acute{o}}$ bice algum quanto ao aspecto legal e constitucional existe. Opinamos pela sua aprovação.

Este é o nosso parecer, salvo melhor juizo.

	1 1 1 1
Recebido em	RELATOR FOR des S. Aparecido
Prazo Vencido em	MEMBRO Valdemar Jose da Silva
DIRETOR DE SECRETARIA	MEMBRO Santino de J. Lopes

Projeto de	Lei	n.° 41 / 89	
Comissão de		Finanças e Orçamento	
Parecer n.º	, 89		

Temos para parecer o projeto em tela.

Analisando detidamente, somos de entendimento que óbice algum quanto ao aspecto financeiro existe.

Opinamos pela sua aprovação.

Este é o nosso parecer.

Recebido em______

Prazo Vencido em______

DIRETOR DE SECRETARIA

Gran
RELATOR Mitonio Cau
Danbut
MEMBRO Antonio Gugoni Sobrinho
MEMBRO Adab Feres da Cruz

Projeto de	Lei	n.º 41 / 89	.,
Comissão de		Justiça e Redação	
Parecer n.º	/ 89		

Projeto de Lei nº 41/89

Dispõe sobre a legalização de construções clandestinas na forma que menciona e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE VOTORANTIM APROVA E EU, JOSÉ DE OLIVEIRA SOUZA, PREFEITO DO MUNICÍPIO, PROMULGO A SEGUINTE LEI:

Artigo 1º - As construções em alvenaria, clandestinas, edificadas no Município de Votora<u>n</u> tim, poderão ser legalizadas na forma desta Lei, até 31 de dezembro de 1.989.

§ 1º - Para a legalização a que se refere o "caput" deste artigo, o interessado de verá protocolar requerimento dirigido ao Prefeito Municipal, acompanhado do "croqui" da obra levantada, seja de que natureza a fôr, bem como juntar documento comprobatório da propriedade ou comprovação de posse do respectivo imóvel.

§ 2º - O croqui da obra a ser legalizada será fornecido sem ônus pela Prefeitura Mun<u>i</u> cipal, através da Coordenadoria de Viação e Obras Públicas , desde que não ultrapasse o limite de 30 (trinta) metros qu<u>a</u>

Recebido em	
Prazo Vencido em	The second of th
111111111111111111111111111111111111111	MEMBRO Valdemar Jose de Silva
DIRETOR DE SECRETARIA	MEMBRO Santino de Jesus Lopes

Projeto de	Lei	n.° 41 / 89	
Comissão de		Justiça e Redação	
Parecer n.°	/ 89		

fls. 2

drados e tenha finalidade exclusivamente residencial.

§ 3º - A legalização será deferida sem qual quer ônus.

Artigo 2º - Não poderão ser legalizadas as construções clandestinas erigidas em loteamentos ainda não aprovados ou que não obedeceram aos recuos fronteiros ou laterais obrigatórios ou que foram erigidas em locais de implantação de melhoramentos já programados e que, por esta circunstância, deveriam estar livres.

Artigo 3º - Os proprietários de obras clandestinas legalizáveis, que não se valerem dos f<u>a</u> vores desta Lei no prazo previsto no artigo lº, serão tributados ao dobro, até que a legalização seja requerida e def<u>e</u> rida.

Parágrafo Único - A legalização fora de prazo não desobrigará o municipe do pagame<u>n</u> to das penalidades normais.

Artigo 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Recebi	do em				
Prazo	Vencido	ей.			va. u.
	DIRETOR	DE S	SECRETA	ARIA	

